



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ**  
**CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ANANINDEUA**  
**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM ENSINO DE GEOGRAFIA**

**THAYSA DANNIELA SIQUEIRA DOS SANTOS**

**A ROTEIRIZAÇÃO DO ESTUDO DO MEIO COMO FERRAMENTA  
PEDAGÓGICA PARA O ENSINO DE GEOGRAFIA NA SOCIOEDUCAÇÃO**

**ANANINDEUA – PA**

**2025**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ**  
**CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ANANINDEUA**  
**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM ENSINO DE GEOGRAFIA**

**THAYSA DANNIELA SIQUEIRA DOS SANTOS**

**A ROTEIRIZAÇÃO DO ESTUDO DO MEIO COMO FERRAMENTA  
PEDAGÓGICA PARA O ENSINO DE GEOGRAFIA NA SOCIOEDUCAÇÃO**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao *Campus* Universitário de Ananindeua da Universidade Federal do Pará para a obtenção do título de Especialista em Ensino de Geografia, sob a orientação do Professor Dr. Daniel Araújo Sombra Soares.

**ANANINDEUA – PA**

**2025**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ**  
**CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ANANINDEUA**  
**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM ENSINO DE GEOGRAFIA**

**THAYSA DANNIELA SIQUEIRA DOS SANTOS**

**A ROTEIRIZAÇÃO DO ESTUDO DO MEIO COMO FERRAMENTA  
PEDAGÓGICA PARA O ENSINO DE GEOGRAFIA NA SOCIOEDUCAÇÃO**

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Prof. Dr. Daniel Araújo Sombra Soares (CEENG / CANAN / UFPA)**

**Presidente / Orientador**

---

**Prof.<sup>a</sup> Dra. Luciana Martins Freire (CEENG / CANAN / UFPA)**

**Examinadora Interna**

---

**Prof. Dr. Geraldo Neves Pereira de Barros (FASEPA / UFPA)**

**Examinador Externo**

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus pela força e sabedoria ao longo desta jornada. À minha mãe, pelo incentivo, paciência e apoio incondicional. De forma especial, agradeço aos professores da FASEPA/SEDUC, que me possibilitaram conhecer o cotidiano da escola socioeducativa, com suas nuances, fragilidades e, sobretudo, sua relevância. Destaco ainda a professora de História, Erika Fares, cujo bom humor tornou essa missão mais leve e inspiradora.

Registro também minha profunda gratidão à professora Pâmela de Geografia da UASE1, que, desde minha participação no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) durante a graduação em Geografia, sempre esteve ao meu lado, compartilhando experiências que levarei por toda a minha trajetória docente. No encerramento desta etapa, foi ela quem me guiou no caminho que resultou neste artigo. Professora politizada e generosa, deixo aqui meus mais sinceros agradecimentos.

Para além destes, expresso minha gratidão ao meu orientador, professor Dr. Daniel Sombra, um dos responsáveis por inserir O PIBID na socioeducação entre 2023 e 2024, um marco para graduandos em licenciaturas da Universidade Federal do Pará – UFPA. Sua presença e apoio foram fundamentais em todo o meu percurso acadêmico até aqui. Meu muito obrigada.

Ao meu namorado David Silva, sou grata por todo o apoio, amizade e incentivo durante esta etapa.

Por fim, agradeço a todos os adolescentes que conheci durante minha estadia na socioeducação. Espero que estejam bem, que cultivem esperança e que possam alcançar seus sonhos. Vocês merecem novas oportunidades, caminhos de dignidade e a chance de construir um futuro melhor.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1: Mapa de localização dos lugares visitados durante as aulas de campo.....</b>	<b>23</b>
<b>Figura 2: socioeducando e integrante do grupo de carimbó. ....</b>	<b>37</b>
<b>Figura 3: mural das aulas de campo, produzidos pelos alunos. ....</b>	<b>37</b>
<b>Figura 4: Roda de carimbó com os participantes da aula de campo .....</b>	<b>37</b>
<b>Figura 5: Aula de campo no Bairro do Barreiro .....</b>	<b>37</b>
<b>Figura 6: Canal no Bairro do Barreiro.....</b>	<b>37</b>
<b>Figura 7: Estação das Docas.....</b>	<b>37</b>
<b>Figura 8: Ilha de Mosquero.....</b>	<b>38</b>
<b>Figura 9: Teatro da Paz.....</b>	<b>38</b>
<b>Figura 10: Teatro da Paz .....</b>	<b>38</b>
<b>Figura 11: Exposição oral na Feira Literária.....</b>	<b>38</b>
<b>Figura 12: Ilustração de áreas do Bairro do Barreiro, produzido pelos alunos. ....</b>	<b>38</b>
<b>Figura 13: socioeducandos no Ver-o-Rio (Ponto Turístico). ....</b>	<b>38</b>

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

CRM.	Centro de Reeducação Masculino
ECA.	Estatuto da Criança e do Adolescente
EREC.	Espaço Recomeço
FASEPA.	Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará
FBEPS.	Fundação de Bem-estar Social do Pará
FUNCAP.	Fundação da Criança e do Adolescente do Pará
IAM.	Instituto de Assistência ao Menor
IBGE.	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
PIA.	Plano Individual de Atendimento
SETEPS.	Secretaria de Estado de Trabalho e Promoção Social
SINASE.	Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo
UASEs.	Unidades de Atendimento Socioeducativo no Pará

## SUMÁRIO

RESUMO .....	8
ABSTRACT.....	8
1. INTRODUÇÃO .....	9
2. REFERENCIAL TEÓRICO .....	12
2.1. O contexto da Socioeducação e suas Concepções.....	12
2.2. Socioeducação no estado do Pará.....	15
2.3. O Estudo do Meio como ferramenta pedagógica para o ensino de geografia .....	17
3. METODOLOGIA.....	18
3.1. Pré-campo: .....	20
3.2. Campo:.....	20
3.3. Pós-campo: .....	21
4. ÁREA DE ESTUDO .....	22
5. RESULTADOS E DISCUSSÃO .....	23
5.1. Reflexões a partir dos materiais elaborados pelos socioeducandos:.....	26
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	30
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	31
ANEXO A – Imagens das atividades .....	37
ANEXO B – Roteiro da entrevista .....	39
ANEXO C – Atividade Escrita .....	40
ANEXO D – Roteiro da aula de campo do dia 26/08/2025 .....	43

## RESUMO

O presente artigo analisa a aplicação do Estudo do Meio como metodologia ativa nas aulas de Geografia em medidas socioeducativas voltadas a adolescentes em privação de liberdade. A proposta foi desenvolvida por meio de aulas de campo realizadas em diferentes espaços da Região Metropolitana de Belém, no primeiro semestre de 2025, possibilitando aos socioeducandos da Escola Antônio Carlos Gomes da Costa (PA) vivências que ultrapassam os limites físicos da escola. Para o desenvolvimento do estudo, foram realizadas pesquisas bibliográficas com o intuito de dialogar com autores que discutem o ensino de Geografia e o Estudo do Meio, estruturando um roteiro com etapas a serem seguidas durante a execução da proposta. Como resultados, a experiência revelou-se relevante ao articular ensino-aprendizagem com a apropriação de espaços urbanos historicamente negados às populações periféricas e de baixa renda, promovendo reflexões sobre desigualdades sociais, exclusão e violências estruturais. Observou-se que a metodologia contribuiu para a ressignificação do espaço urbano e para a reconstrução da autoestima, da cidadania e da dignidade dos adolescentes. Assim, considera-se o Estudo do Meio uma estratégia pedagógica viável na socioeducação, por potencializar aprendizagens significativas e fomentar a resistência frente às injustiças sociais e ambientais, reafirmando a educação como prática transformadora.

**Palavras-chave:** Estudo do Meio; Socioeducação; Metodologias ativas; Aprendizagem significativa; Ensino de Geografia.

## ABSTRACT

This article examines the application of Field Study (Estudo do Meio) as an active methodology in Geography classes within socio-educational programs for adolescents deprived of liberty. The proposal was implemented through field lessons conducted in various locations across the Metropolitan Region of Belém during the first semester of 2025, offering students from the Antônio Carlos Gomes da Costa School (PA) experiences that extended beyond the physical boundaries of the classroom. To support the development of this study, bibliographic research was carried out in order to engage with authors who discuss Geography teaching and Field Study, thereby structuring a sequence of steps to guide the implementation of the proposal. The results demonstrated the relevance of the experience by linking teaching and learning to the appropriation of urban spaces historically denied to marginalized and low-income populations, fostering reflections on social inequalities, exclusion, and structural violence. The methodology also contributed to the re-signification of urban space and to the rebuilding of adolescents' self-esteem, citizenship, and dignity. Thus, Field Study is considered a viable pedagogical strategy in socio-education, as it enhances meaningful learning and encourages resistance to social and environmental injustices, reaffirming education as a transformative practice.

**Keywords:** Field Study; Socio-education; Active methodologies; Meaningful learning; Geography teaching.

## 1. INTRODUÇÃO

A socioeducação de adolescentes e jovens privados de liberdade representa um campo fundamental de análise para compreender as relações sociais e territoriais que moldam a experiência humana. A partir do conceito geográfico de espaço entendido não apenas como uma área física, mas como um produto das relações sociais, políticas e culturais, é possível refletir sobre como os centros socioeducativos se configuram não só como espaços de controle e exclusão, mas também de potencial transformação.

Esses locais, onde se aplicam medidas de responsabilização a jovens em conflito com a lei, revelam dinâmicas espaciais marcadas por desigualdades, vulnerabilidade socioeconômica e tentativas de reintegração social. Assim, analisar a socioeducação sob a ótica da geografia permite ir além da estrutura física das instituições, compreendendo-as como espaços vivos, carregados de significados e de possibilidades de mudança.

O espaço nesse contexto não é conceito de fácil percepção, mas um cenário de profundas relações com lógicas de segregação que espelha e reforça as desigualdades sociais existentes, o que é bem posto por Santos (2002), “o espaço é formado por um conjunto híbrido de sistemas de objetos e sistemas de ações.”. Essa mutualidade destaca que os elementos materiais e imateriais do espaço se inter-relacionam de forma indissociável, influenciando diretamente a organização e a vivência humana. Dessa forma os dois sistemas apresentados pelo autor influenciam a transformação e organização do espaço, de maneira que as características dos objetos condicionam as ações sociais vividas, como é o caso da socioeducação.

Abramovay *et al.* (2023) fornecem evidências de que a vulnerabilidade social condiciona o envolvimento de jovens em situações de violência, seja como vítimas ou autores, reforçando sua exclusão social. Lopes e Fernandes (2018), a partir de Aitken (2014), argumentam que os direitos da infância e juventude devem ser compreendidos considerando como esses sujeitos constroem, ocupam e experienciam o espaço, rejeitando concepções normativas e universalizantes de infância.

Assim, adolescentes e jovens devem ser reconhecidos como agentes políticos ativos, participantes da produção espacial e da luta por visibilidade e dignidade. Tal perspectiva converge com os princípios da geografia crítica e da justiça social.

A educação, nesse sentido, representa uma ferramenta essencial para o desenvolvimento pessoal, social e intelectual, permitindo que adolescentes privados de

liberdade tenham acesso a novas oportunidades e perspectivas de vida. A oferta de escolarização nas unidades de internação assegura a continuidade dos processos educativos. Mesmo em situação de privação de liberdade, o direito à educação deve ser respeitado e garantido, conforme previsto na legislação brasileira. Assim, de acordo com Vygotsky (1996), a importância da organização escolar relaciona-se à questão do aprendizado gerado pelo ensino escolar, o qual prepara e impulsiona o processo de desenvolvimento mental e cognitivo.

À vista disso, percebe-se a necessidade de correlacionar a vivência dos alunos no contexto de socioeducação com o espaço geográfico, promovendo uma aprendizagem significativa e contextualizada, que considere o território como recurso pedagógico ativo. Nesse sentido, o Estudo do Meio surge como abordagem metodológica essencial. Neto e Barbosa (2010, p. 161) afirmam que o “Estudo do Meio está entre as metodologias que podem tirar os estudantes do sono e do marasmo geográfico, trazendo a junção entre os conteúdos e o cotidiano dos estudantes.” Ao deslocar-se para fora do ambiente escolar convencional, o aluno passa a experienciar o território de forma ativa, desenvolvendo sua capacidade de observação crítica e articulando teoria à prática (Lima e Assis, 2005, p. 112).

Diante desse contexto, surge a problemática do estudo: é possível desenvolver um ensino de Geografia significativo, por meio do Estudo do Meio, como prática pedagógica voltada aos socioeducandos privados de liberdade na Escola Prof. Antônio Carlos Gomes da Costa – PA, no ano de 2025? Essa questão orienta a investigação, evidenciando a importância de práticas pedagógicas que ultrapassem a reprodução mecânica de conteúdos escolares e dialoguem com a realidade dos estudantes.

A justificativa para este estudo reside na necessidade de tornar o ensino mais crítico, inclusivo e humanizado, promovendo a reconstrução da cidadania, autoestima e projetos de vida desses jovens. Conforme Silva (2022, p. 133), “a escola é a instituição pública com maior potencialidade de promover melhores oportunidades para a construção de uma vida respaldada no progresso social, político e econômico, e tem, ou deveria ter a condição de encaminhar em direção ao bem-estar social”. Entretanto, metodologias tradicionais e a escassez de recursos didáticos dificultam o processo de ensino-aprendizagem nas unidades socioeducativas.

A relevância desta proposta está em seu potencial de promover uma prática educativa mais crítica, inclusiva e humanizada. Freire (1996) afirma que “ensinar não é

transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção”. Nesse sentido, Gonzales (2006) destaca que um dos maiores desafios das unidades socioeducativas é encontrar formas de contribuir para a superação da situação de vulnerabilidade vivenciada pelos jovens, por meio de atividades pedagógicas significativas.

Sob esse viés, o trabalho possui relevância social, ao propor estratégias pedagógicas que promovam a inclusão, a superação da vulnerabilidade e a construção de trajetórias de vida mais significativas para os jovens. Também apresenta significância científica, por colaborar com a produção acadêmica voltada à pedagogia socioeducativa, especialmente no campo das metodologias ativas aplicadas ao ensino de Geografia.

Neste contexto, a pesquisa teve por objetivo aplicar o Estudo do Meio como estratégia pedagógica para o ensino de Geografia, buscando compreender e fortalecer os processos de socioeducação de adolescentes e jovens em conflito com a lei nas turmas do Ensino Fundamental da Escola Prof. Antônio Carlos Gomes da Costa – PA. Buscou-se, em primeira instância, explicar o contexto da socioeducação de adolescentes e jovens em conflito com a lei e suas concepções, permitindo compreender a realidade desses sujeitos e suas interações com o espaço vivido.

Em seguida, objetivou-se apontar o Estudo do Meio como ferramenta pedagógica para o ensino de Geografia, destacando como essa metodologia podia articular teoria e prática e aproximar o conteúdo curricular da experiência cotidiana dos estudantes. Por fim, visou-se elaborar o roteiro do Estudo do Meio como estratégia pedagógica, oferecendo uma proposta prática que integre planejamento, observação e análise do território no ensino de Geografia, tornando o aprendizado mais significativo e contextualizado.

A estrutura deste trabalho está organizada, além desta introdução, em seções que abordam de maneira articulada os principais eixos da pesquisa. O referencial teórico apresenta os conceitos e fundamentos que sustentam a discussão sobre socioeducação e o Estudo do Meio como estratégia pedagógica no ensino de Geografia. Em seguida, a caracterização da área de estudo descreve o contexto institucional e territorial em que a pesquisa foi desenvolvida. A seção de resultados e discussão analisa as observações e reflexões obtidas a partir das práticas realizadas, articulando-as com o embasamento teórico proposto. Por fim, nas considerações finais, são apresentadas as principais

conclusões do estudo e as contribuições que este oferece para o campo da educação socioeducativa e do ensino de Geografia.

## **2. REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 O contexto da Socioeducação e suas Concepções**

A medida socioeducativa surge com a instauração do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990. E de acordo com Bisinoto (2015, p.579), “não há nenhuma formulação teórica sobre o conceito de socioeducação; na verdade, o termo não aparece no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), apenas sua forma adjetiva, em expressões como programa socioeducativo e medida socioeducativa”. Por consequência dessa lacuna, há uma formulação subjetiva dos autores sobre o conceito de socioeducação.

A polissemia da palavra que não é exclusiva das medidas de adolescentes e jovens em conflito com a lei, é responsável por essa dicotomia de conceito, a exemplo Groppo e Coutinho (2016), falam de educação popular, enquanto Zucchetti e Moura (2010) trazendo como nome alternativo para educação informal, educação não formal, educação não escolar e atividade extraclasse (Gomes, 2020, p.96). A ausência de conceituação e até mesmo de referencial na descrição da legislação, abre uma duplicação no sentido do uso da palavra, que de ambas as formas está presente na literatura da educação inclusiva.

O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), que é responsável pelo conjunto ordenado de princípios, regras e critérios que envolvem a execução de medidas socioeducativas (BRASIL, 2012), em sua regulamentação também não esclarece a origem do termo socioeducação. Segundo Bisinoto (2015), e outros autores, tem raízes na ideia de educação social, uma proposta desenvolvida por Gomes da Costa, um destacado pedagogo brasileiro. Reconhecido por sua atuação em prol dos direitos das crianças e dos jovens, Gomes da Costa desempenhou um papel importante na elaboração do ECA e foi peça-chave na transformação da abordagem dada aos adolescentes envolvidos em atos infracionais, contribuindo significativamente na defesa dos direitos de crianças e adolescentes.

Para tanto, usaremos a concepção de Oliveira (2014, p.90), “o termo socioeducação é utilizado, de modo particular, para caracterizar a ação do Estado frente às circunstâncias em que os menores de 18 anos são considerados responsáveis pela

autoria de ato infracional”. O atendimento a esses adolescentes perpassa por várias esferas de atuação social que mantêm vínculos de dependência entre si. São redes responsáveis pela assistência de políticas públicas direcionadas aos jovens infratores.

Para Pinto e Silva (2014), o conceito de rede de política está presente no ECA e no SINASE, alinhando-se ao novo paradigma de política social, que apresenta a perspectiva de construção de “redes” enquanto meio capaz de articular atores aptos a produzir conhecimentos e a intervir em realidades complexas, como é o caso dessa política. Assim, o diálogo interdisciplinar agrega valor à troca de experiências e à construção de soluções conjuntas que respondam à complexidade das situações enfrentadas.

Diferentemente do antigo “código de menores” que vigorou até 1990, onde o juizado detinha todo o poder sobre as penalidades, colocando o público infanto-juvenil sobre a responsabilidade do estado, o que segundo Vieira (2008), “voltava-se para situações consideradas irregulares, disfarçando penas em medidas de proteção ao possuir um modelo assistencialista e repressivo, no qual as crianças e adolescentes eram privados de seus direitos”.

No ano de 1979 foi instituído o segundo Código de Menores que, a partir das considerações de Colombo (2006), previa uma conexão em nível estadual entre o Judiciário, a Assistência Social e o Instituto de Assistência ao Menor (IAM), estabelecendo um corpo técnico para realizar a triagem dos adolescentes para posterior internamento. Contudo, foi somente a partir da promulgação da nova Constituição Federal, em 1988, das declarações internacionais e das lutas dos movimentos sociais que houve a indicação da necessidade de criação de uma lei que substituísse o Código de Menores (Ferraz *et al*, 2016).

Ao serem considerados como penalmente inimputáveis pela Constituição Federal de 1988, adolescentes e jovens não podem ser responsabilizados penalmente como adultos, ficando sujeitos às medidas socioeducativas previstas no ECA. De acordo com Padoan (2017) ao praticar um ato infracional, o adolescente será apresentado ao Delegado de Polícia para tipificação do ato cometido. Após a tipificação, somente o Juiz da Infância e Juventude como autoridade competente poderá aplicar medida socioeducativa.

As medidas previstas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, são aplicadas de acordo com a gravidade do ato infracional, e variam desde a advertência, que consiste em

uma repreensão verbal e formal, aplicada em casos leves, até a internação em última instância.

- I – Advertência;
- II – Obrigação de reparar o dano;
- III – prestação de serviços à comunidade;
- IV – Liberdade assistida;
- V – Inserção em regime de semiliberdade;
- VI – Internação em estabelecimento educacional

A internação constitui a medida privativa de liberdade, sanção mais restrita das medidas, fundamentada no artigo 122 do ECA. Sua imposição está restrita a três hipóteses específicas: quando o ato infracional é cometido mediante grave ameaça ou violência à pessoa; em casos de reiteração no cometimento de outras infrações graves; ou no descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta (Brasil, 1990, Art. 122).

Essa privação, distinta da lógica punitiva do sistema penal convencional, configura-se como uma medida de caráter pedagógico, orientada por profissionais de multiáreas à formação ética e à reintegração social de jovens que cometeram atos infracionais. Visto, a “obediência aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, quando da aplicação de qualquer medida privativa da liberdade” (Brasil, 1988, Art. 227, § 3º, V).

A partir Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo de 2013, o SINASE estabelece diretrizes e eixos operativos, marcos regulatórios que devem reproduzir efeitos no atendimento a adolescentes autores de ato infracional e às suas famílias, criando oportunidades de construção de projetos de autonomia e emancipação cidadã. Para Pinto e Silva (2014), pode-se chamar de “eixos” da medida de internação, conforme previsto no SINASE: família, escolarização, profissionalização, espiritualidade, saúde, cultura, esporte e lazer.

Ao destacar a escolarização como eixo fundamental da socioeducação, esse direito não se limita à oferta formal de ensino, mas integra um processo educativo mais amplo, orientado pela reconstrução dos vínculos do adolescente com o universo do conhecimento e da aprendizagem sistematizada.

Considerando que muitos desses jovens já experienciaram trajetórias educacionais interrompidas, marcadas por exclusões e desigualdades estruturais, torna-se

imprescindível que a ação pedagógica desenvolvida nas unidades socioeducativas esteja articulada com estratégias de resgate da autoestima, da confiança e da valorização do saber como ferramenta de transformação social. Portanto, o eixo educacional deve estar integrado ao Plano Individual de Atendimento (PIA):

Nesse sentido, a elaboração do Plano Individual de Atendimento (PIA) constitui-se numa importante ferramenta no acompanhamento da evolução pessoal e social do adolescente e na conquista de metas e compromissos pactuados com esse adolescente e sua família durante o cumprimento da medida socioeducativa. A elaboração do PIA se inicia na acolhida do adolescente no programa de atendimento e o requisito básico para sua elaboração é a realização do diagnóstico polidimensional por meio de intervenções técnicas junto ao adolescente e sua família [...] (Brasil, p.52. 2006).

Assim, a socioeducação busca trabalhar os aspectos individuais de cada adolescente, reconhecendo-os como pessoas em desenvolvimento e com capacidade de reestruturar suas relações na sociedade. Segundo a Fundação da Criança e do Adolescente do Pará (2010, p. 52), a intervenção socioeducativa não deve focar apenas no ato infracional cometido pelo adolescente. É preciso vê-lo como sujeito de direitos, com potencial para reconstruir sua vida, suas relações afetivas e colocar em prática seus talentos. Como destacado por Braga (2010, p. 407), “considerar os educandos como sujeitos de sua formação, é, em princípio, uma perspectiva democrática, humanizada e, consequentemente, inclusiva”.

## **2.2. Socioeducação no estado do Pará**

No estado do Pará o sistema socioeducativo foi evoluindo gradativamente, a princípio criado por meio da Lei nº 3.853 de 30 de março de 1967, a Fundação de Bem-estar Social do Pará (FBESP). “Sendo uma entidade paraestatal que estava na época vinculada à Secretaria de Estado de Justiça e representou um esforço do Estado em centralizar e modernizar as políticas de assistência social no Pará” (Lisboa, 2025, p.75).

Nesse contexto, a FBESP estava estreitamente ligada à metodologia corretiva que predominava no Código de Menores vigente no país, o qual correlacionava à pobreza e à marginalização de adolescentes. Essa lógica servia como estratégia de esvaziamento das ruas, visando ao embelezamento urbano diante da acelerada expansão das cidades e da busca por uma imagem de ordem e progresso.

Essa organização prestava assistência a diversas pessoas em situação de vulnerabilidade, incluindo jovens em conflito com a lei, órfãos, idosos e outros grupos. Conforme Abreu (2010), ainda na segunda metade da década de 1980, a Fundação do

Bem-Estar Social do Pará transforma o Centro de Reeducação Masculino (CRM) e a ESCOLA FBESP, em Centro de Permanência Temporária, visando a desinstitucionalização do menor, através da liberdade assistida.

Entretanto, com as mudanças legislativas e principalmente com a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990, fundamentado na proteção integral, impôs a reestruturação das entidades já existentes, de modo a alinhá-las às novas orientações jurídicas e sociais. Assim, a FBESP dá lugar a Fundação da Criança e do Adolescente do Pará (FUNCAP), sob a Lei n. 5.789 em 22 de dezembro de 1993, sendo vinculada à Secretaria de Estado de Trabalho e Promoção Social (SETEPS), tendo como finalidades:

I - Promover a execução da política de assistência social, vinculada ao desenvolvimento das ações de proteção especial à criança e ao adolescente, em situação de risco pessoal e social, conforme prevê a Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990; II - cooperar com os órgãos e entidades públicas de nível federal, estadual e municipal e entidades privadas nacionais e estrangeiras, na execução das atividades de que trata o inciso anterior (Pará, 1993).

Durante o período de atuação da FUNCAP, mesmo após a regulamentação do ECA, ainda se observava o uso de práticas repressivas nas medidas socioeducativas, conforme relata Barros (2015, p. 18):

O Espaço Recomeço foi inaugurado em 1998, oito anos após a vigência do ECA, mas quem o visitava estaria autorizado a vivenciar os mesmos dramas postos pelo código de menores, pois suas estruturas resguardavam características de uma prisão comum, onde estavam treze celas, cada uma com dois beliches de concreto, havia uma ala chamada “forte” uma espécie de contenção onde se “isolavam” em ambiente fedido, nojento e escuro os conflitos surgidos entre os internos. O EREC com capacidade para 40 chegou a alojar 200 adolescentes, apresentando diversos tipos de demandas. Inúmeros relatórios assinalaram durante anos as graves denúncias de maus tratos e de tortura nesse espaço, que foi fechado no ano de 2011, num movimento de desconstrução-reconstrução do sistema socioeducativo no Pará, liderado por um grupo de trabalhadores do qual tenho a honra de ter feito parte.

A extinção do Espaço Recomeço (EREC) representou o rompimento com um modelo institucional centrado na punição, que por décadas caracterizou o atendimento aos adolescentes em conflito com a lei. As denúncias sobre superlotação, condições insalubres e práticas violentas mostravam a distância entre o que era praticado e os princípios garantidos pelo ECA. O encerramento da unidade sinalizou o início de uma nova etapa no sistema socioeducativo paraense.

Através de lei nº 7.543, de 20 de julho de 2011, fez-se uma reorganização estrutural e administrativa de vinculações no âmbito do poder estadual, onde: Fica alterada a denominação da Fundação da Criança e do Adolescente do Pará (FUNCAP), para Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará (FASEPA) (Pará, 2011, Art.17).

FASEPA faz parte, as mudanças ocorridas ao longo da sua história são oriundas da criação e implementação de vários dispositivos jurídicos, a perenidade que vem do início da década 1990, com o advento do Estatuto da Criança e do Adolescente e as resoluções 113/04 de 2006 e 119/12 do mesmo ano. Assim sendo, na resolução 113/06 dispõe sobre os parâmetros para a institucionalização e fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do adolescente (Pará, 2023).

Diante do exposto, percebe-se que a socioeducação no estado do Pará seguiu caminhos que acompanharam as transformações da realidade nacional, evoluindo gradualmente a partir dessas dinâmicas. Atualmente, a FASEPA tem como responsabilidade a execução das medidas socioeducativas de privação de liberdade (semiliberdade e internação) e pela medida cautelar (custódia e internação provisória), garantida por meio da gestão de 14 unidades socioeducativas e um espaço de esporte, cidadania e arte, distribuídos na Região Metropolitana de Belém, e nos municípios de Marabá (Sudeste do Pará) e Santarém (Oeste do Pará) (Pará, 2023).

A aplicação das medidas de privação e restrição de liberdade, das Unidades de Atendimento Socioeducativo no Pará (UASEs) estão em conformidade com as diretrizes do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), que normatiza a execução das medidas destinadas aos adolescentes autores de atos infracionais.

### **2.3. O Estudo do Meio como ferramenta pedagógica para o ensino de geografia**

A Geografia, enquanto disciplina escolar que estuda as relações entre sociedade e natureza, exige uma abordagem que vá além da simples exposição teórica em sala de aula. Nessa perspectiva, o Estudo do Meio surge como uma ferramenta pedagógica que possibilita aos alunos uma compreensão mais próxima e concreta da realidade em que estão inseridos. Segundo Lopes e Pontuschka (2009, p.174), O Estudo do Meio pode ser compreendido como um método de ensino interdisciplinar que visa proporcionar para alunos e professores contato direto com uma determinada realidade, um meio qualquer, rural ou urbano, que se decida estudar.

Ao articular o conteúdo curricular com a observação direta do espaço vivido, os estudantes desenvolvem a capacidade de correlacionar o assunto de sala de aula com as dinâmicas socioespaciais que fazem parte do seu trajeto casa-escola. Para Rodrigues;

Otaviano (2001, p. 35), a visão de mundo do aluno é incorporada ao processo de aprendizagem, que está associado a uma leitura crítica da realidade e ao estabelecimento da relação de unidade entre a teoria e prática.

Á vista dessa abordagem metodológica, que rompe com a visão tradicional e conteudista da geografia escolar, alinhamo-nos à reflexão de Callai (2005, p. 228), que reflete “ler o mundo da vida, ler o espaço e compreender que as paisagens que podemos ver são resultado da vida em sociedade, dos homens na busca da sua sobrevivência e da satisfação das suas necessidades”. Em síntese, é justamente esse o papel da Geografia na escola proporcionar a leitura consciente do espaço como expressão das relações sociais.

Dessa forma, o Estudo do Meio assume um papel essencial na construção de uma aprendizagem significativa,<sup>1</sup> pois para além da simples observação, estimula a participação ativa dos estudantes num processo investigativo, no qual são incentivados a interpretar o território como resultado de ações humanas, disputas de interesses, transformações históricas e práticas culturais. Sob essa ótica, Suertegaray (2002) destaca que o trabalho de campo é um instrumento de análise geográfica que permite o reconhecimento do objeto, e que fazendo parte de um método de investigação, permite a inserção do pesquisador nos processos da sociedade como um todo.

Essa perspectiva converge com a visão de Vargas (2018), ao afirmar que “a aplicação de metodologias ativas mobiliza uma transformação na atuação do professor compartilhador de conhecimento e facilitador do processo do saber, de tal forma que o discente se torna agente da construção do saber”. Assim, o Estudo do Meio contribui não apenas para a aprendizagem de conteúdos, mas também para a formação de sujeitos críticos, reflexivos e atuantes na realidade em que vivem.

### **3. METODOLOGIA**

Este trabalho caracteriza-se como uma pesquisa de natureza qualitativa, com enfoque exploratório-descritivo, pois tem como objetivo compreender o potencial pedagógico de um roteiro de aula de campo, que integra pontos turísticos e espaços

---

<sup>1</sup> A aprendizagem significativa ocorre quando a nova informação se ancora em conceitos ou proposições relevantes, preexistentes na estrutura cognitiva do aprendiz. Ausubel vê o armazenamento de informações no cérebro humano como sendo organizado, formando uma hierarquia conceitual, na qual elementos mais específicos de conhecimento são ligados (e assimilados) a conceitos mais gerais, mais inclusivos (Moreira, 2019, p. 161).

periféricos da cidade de Belém, no contexto do ensino de Geografia para adolescentes em medida socioeducativa de privação de liberdade.

Baseando-se em Franco e Ghedin (2008), a pesquisa qualitativa permite a compreensão do cotidiano como possibilidade de vivências únicas, impregnadas de sentido. Ainda Guerra (2020) se refere a abordagem qualitativa como um dos aspectos das dimensões objetivas e subjetivas do contexto estudado.

Partindo dessa concepção, o estudo foi desenvolvido em 2025, na Escola Prof. Antônio Carlos Gomes da Costa, localizada em uma unidade masculina de privação de liberdade na Região Metropolitana de Belém. Participaram da pesquisa estudantes do Ensino Fundamental que cumprem medida socioeducativa, sob acompanhamento institucional da escola. Cabe destacar que, as aulas de campo foram multidisciplinares, onde cada componente curricular foi abordado de maneira integrada, possibilitando conexões entre os conteúdos e a realidade dos espaços visitados.

Assim, foram realizadas três visitas de campo dentro da região metropolitana Belém-PA, das quais participei da última, analisando a abordagem metodológica e o comportamento dos discentes com aulas fora da unidade escolar. Ressalta-se a participação de dois alunos, dentre um total de quatro, com idades entre 13 e 15 anos, que estiveram presentes em todas as saídas, demonstrando um envolvimento contínuo no processo. Pois é válido salientar que o número de socioeducandos por série são baixos, contudo, esse quantitativo não minimiza a importância de propor metodologias ativas na educação de adolescentes e jovens que estão em medida socioeducativas.

Com o intuito de fortalecer o embasamento teórico-metodológico e alcançar os objetivos específicos, realizou-se um levantamento bibliográfico fundamentado em autores de referência na área da socioeducação, como Bisinoto (2015), Silva (2022) e, no que se refere ao Estudo do Meio, em Lopes e Pontuschka (2009).

Essa etapa está em consonância com o que afirmam Lakatos e Marconi (2003, p. 66), ao destacarem que “trata-se do levantamento, seleção e documentação da bibliografia já publicada sobre o assunto que está sendo pesquisado [...] com o objetivo de colocar o pesquisador em contato direto com todo o material já escrito sobre o tema”.

A partir desse referencial teórico, foi possível estruturar o roteiro para o Estudo do Meio, fundamentando-se nas contribuições de Rodrigues e Otaviano (2001), Cacete *et al.* (2021), e de outros autores de referência na temática. Essa base teórica possibilitou a

organização sistemática das etapas do trabalho, assegurando maior consistência metodológica. Dessa forma a pesquisa seguiu as etapas:

### **3.1. Pré-campo:**

Nessa etapa, os profissionais envolvidos elaboraram o planejamento pedagógico sob a orientação da direção escolar, dialogando sobre os objetivos de cada área, a definição dos horários, a organização do transporte e as particularidades de cada socioeducando participante. O conteúdo de cada componente curricular foi previamente abordado junto aos alunos, a fim de tornar a práxis mais acessível e favorecer a compreensão nos processos de aprendizagem.

Vale destacar que os socioeducandos não necessitam de autorização dos pais ou responsáveis para a realização das aulas de campo, uma vez que, durante o cumprimento da medida socioeducativa de privação de liberdade, encontram-se sob a tutela e responsabilidade direta do Estado, conforme previsto no ECA (1990).

### **3.2. Campo:**

As aulas de campo foram realizadas em três momentos distintos. O primeiro ocorreu no centro da cidade, no dia 11 de junho de 2025, contemplando alguns pontos turísticos. Em seguida, o percurso estendeu-se até o distrito da Ilha de Mosqueiro, no dia 23 de julho, e, por fim, alcançou as áreas periféricas do bairro do Barreiro, em 26 de agosto de 2025. Esse roteiro foi elaborado com o propósito de evidenciar as transformações das paisagens e os diferentes usos dos espaços ao longo do tempo, além de possibilitar a reflexão sobre a segregação socioespacial identificada no trajeto.

Todas as visitas foram conduzidas de forma guiada, o que potencializou os processos de ensino-aprendizagem. Além disso, os professores participaram ativamente, auxiliando nas explicações sempre que necessário. Contudo, o espaço manteve-se voltado prioritariamente aos questionamentos e às observações dos alunos.

Para registrar suas percepções, os discentes recorreram ao uso de câmeras fotográficas e a anotações, privilegiando os elementos que mais lhes despertavam interesse, seja nos espaços visitados, falas ou no cotidiano das pessoas. Essa prática confirma que o trabalho de campo “é o momento de descobrir que o meio ou o espaço, na inter-relação de processos naturais e sociais, é uma Geografia viva” (Pontuschka, 2006).

### 3.3. Pós-campo:

Na etapa de pós-campo, buscou-se consolidar as aprendizagens a partir das experiências vividas pelos estudantes. Para isso, os participantes realizaram um relato de atividade, de forma individual, descrevendo os trajetos percorridos, os espaços visitados e as impressões pessoais construídas ao longo da atividade. Esse exercício favoreceu a articulação entre teoria e prática, além de estimular a capacidade de reflexão crítica e o desenvolvimento da escrita.

Em seguida, foi organizada uma roda de conversa com o objetivo de promover o compartilhamento coletivo das percepções individuais. Nesse espaço, os socioeducandos puderam trocar opiniões, levantar questionamentos e relacionar os conteúdos discutidos em sala com as situações observadas no campo. A apresentação oral ocorreu no âmbito do projeto da Feira Literária, realizada anualmente na escola, cujo propósito é expor os trabalhos mais significativos produzidos pelos socioeducandos durante o semestre.

A partir desse momento, foram analisadas as atividades produzidas pelos alunos, juntamente com as respostas de uma entrevista realizada com um dos discentes. As perguntas foram elaboradas por mim em parceria com a professora de Geografia, com o objetivo de compreender a real dimensão dessa intervenção metodológica no processo de aprendizagem dos alunos, no contexto da socioeducação.

**Tabela 1 – Etapas do Estudo do Meio: organização e desenvolvimento.**

<b>1. Pré-campo</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Planejamento pedagógico elaborado pelos profissionais envolvidos</li> <li>• Definição dos objetivos de cada área, horários, transporte e particularidades dos alunos.</li> <li>• Trabalhos prévios em sala de aula, com os conteúdos de cada componente curricular.</li> </ul>
<b>2. Campo</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Realização em dois momentos: visita ao centro da cidade, com pontos turísticos, e deslocamento às áreas periféricas.</li> <li>• Objetivo: evidenciar transformações das paisagens, diferentes usos do espaço e a segregação socioespacial.</li> <li>• Todas as visitas foram guiadas, com participação ativa dos professores. Priorizou questionamentos e observações dos alunos.</li> <li>• Registros feitos por meio de fotografias e anotações</li> </ul>
<b>3. Pós-campo</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Elaboração de atividades escritas e roda de conversas</li> <li>• Apresentação oral dos resultados durante a Feira Literária, projeto anual da escola.</li> </ul>

Elaboração: Autora, 2025.

Cumprimento das etapas de pré-campo, campo e pós-campo é essencial para a eficácia do Estudo do Meio. Essa sequência, amplia a integração entre teoria e prática, além de ser cronologicamente importante no desenvolvimento das atividades pedagógicas, garantindo a continuidade, a coerência e a consolidação de aprendizagens de forma organizada e significativa.

O trabalho seguiu os princípios éticos previstos pela Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, assegurando o anonimato e o consentimento dos participantes. Considerou-se ainda o respeito às particularidades do ambiente institucional em que a pesquisa foi realizada. Ressalta-se que os adolescentes envolvidos estão em situação temporária de conflito com a lei, o que demanda uma abordagem pedagógica sensível e humanizadora. Assim, buscou-se garantir não apenas a ética formal, mas também a valorização do processo de reintegração social por meio da educação.

#### **4. ÁREA DE ESTUDO**

A área de estudo corresponde à Região Metropolitana de Belém-PA, especificamente ao município de Ananindeua, onde está localizada a Escola Professor Antônio Carlos Gomes da Costa. A segunda etapa do Estudo do Meio, referente às aulas de campo, foram realizadas dentro dos limites municipais de Belém.

É importante ponderar que os discentes da E. E. E. F. M. Prof. Antônio Carlos Gomes da Costa provêm de múltiplas territorialidades do estado do Pará. Observa-se um padrão recorrente, a maioria dos adolescentes e jovens em conflito com a lei é oriunda de municípios interioranos. Essas localidades enfrentam elevados déficits em infraestrutura, acesso à educação, serviços de saúde, espaços de lazer e políticas públicas voltadas à proteção infanto-juvenil, fatores essenciais para a elevação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

**Figura 1: Carta-imagem de localização dos lugares visitados durante as aulas de campo.**



Elaboração: Autora, 2025.

## 5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Desenvolver o Estudo do Meio no ensino de geografia envolvendo os alunos da educação básica em instituições públicas ou privadas concorre significativamente para a superação dos meios tradicionais de ensino guiados por manuais didáticos (Oliveira, 2010). Sob a ótica da socioeducação, essa metodologia revelou-se essencial, pois

favoreceu um maior aproveitamento dos alunos da Escola Prof. Antônio Carlos Gomes da Costa, que é responsável por adolescentes em conflitos com a lei.

Para esse público que segundo Arroyo (2015), grande parte desses adolescentes não frequentam a escola regularmente e os que frequentam são considerados “problemáticos” pelos demais membros da comunidade escolar. Gadotti, (1991) descrevem que:

A escola só terá sentido para o estudante como espaço em que se ensina e se aprende quando incorpora o desafio de contribuir para a formação da cidadania, partindo da sua realidade cotidiana, de forma contrária, serão negligenciadas as vivências dos alunos como instrumento pedagógico, impedindo-se que estes reflitam e transformem sua própria realidade.

Dessa forma, o roteiro abordou pontos estratégicos da região metropolitana de Belém, onde a escola está localizada. Apesar de a maioria dos alunos ser oriunda de municípios do interior do estado, cujas dinâmicas urbanas são distintas, observam-se problemas estruturais semelhantes, como acúmulo de lixo, esgoto a céu aberto e desigualdades sociais.

Isso dialoga com as ideias de Jesus e Santos (2019, p. 190), ao afirmarem que “o espaço urbano é substrato da reprodução social, onde a população urbana vive, se apropria, explora e dá diferentes significados e é por este motivo que os alunos precisam reconhecê-lo”.

A primeira aula ocorreu no dia 11 de junho de 2025, no centro da cidade, em pontos turísticos previamente selecionados, como o Teatro da Paz e a Estação das Docas, lugares frequentados pela burguesia da metrópole paraense (Figuras 7 e 9, Anexo A). Nessa ocasião, os alunos tiveram acesso a câmeras fotográficas para registrar as paisagens que mais lhes chamassem a atenção.

A questão da segregação espacial, identificada nesse primeiro circuito, foi explicada em linguagem acessível aos discentes, corroborando o conceito de Marisco (2020), segundo o qual a segregação socioespacial pressupõe a separação intencional de um grupo ou fração de classe em relação a outros segmentos sociais menos favorecidos, com objetivos claros de discriminação.

O segundo circuito ocorreu no dia 23 de julho, quando os discentes visitaram a Ilha de Mosqueiro, distrito de Belém (Figura 8, Anexo A). Durante a atividade, participaram da Feira Literária que estava em andamento, além de desfrutarem do banho nas praias de água doce, experiência que, para alguns, representou um momento de lazer

único. Nessas ocasiões, destacava-se constantemente a importância do direito de ocupar esses espaços, do direito à cidade, que, de acordo com Soja (2013, p.95) “direito à cidade é visto não apenas como o direito de apropriação, participação, é a diferença mais amplamente, como um direito ao espaço, o direito de habitar o espaço”.

A última aula de campo, realizada no dia 28 de agosto, teve a periferia como percurso, permitindo aos socioeducandos a percepção das diferenças nas dinâmicas dos espaços percorridos (Figuras 5 e 6, Anexo A). Essa vivência, ao mesmo tempo em que reforçou os conceitos trabalhados em sala, possibilitou que fossem ressignificados a partir da observação direta da realidade. Oliveira e Souza (2009) apresentam que o campo é uma oportunidade de despertar os alunos da passividade, que o ensino-aprendizagem mais simplista tende a conduzir. Assim, temas como segregação socioespacial, educação ambiental e políticas públicas ganharam novas dimensões, estimulando os estudantes a refletirem criticamente a partir da proposta formativa do Estudo do Meio.

O bairro do Barreiro, e suas adjacências foi o lugar ideal para vivenciar esse contraste do centro-periferia, ele evidencia a dialética entre “expansão geográfica” e “concentração geográfica” (Harvey, 2005), na qual há essa expansão da cidade, ao mesmo tempo em que a infraestrutura e serviços são estreitamente monopolizados ao centro urbano.

Assim, os estudantes evidenciaram as nuances desse processo, principalmente a partir dos relatos dos moradores, reconhecendo que a expansão urbana desordenada gera múltiplas problemáticas socioambientais. Esse quadro foi percebido no canal da Ponte do Galo, onde a morte de afluentes de rios como esse visitado, acabam transformados em canais de esgoto a céu aberto. O que segundo Costa (2023), observa-se uma série de eventos associados a problemas ambientais urbanos oriundos da ausência ou mal planejamento urbano, frequentemente atingindo a parcela mais pobre da população.

No entanto, a exposição dessas populações frente aos impactos da produção da cidade confirma o que explica Coelho (2013): esses problemas ambientais urbanos, sejam eles de cunho ecológico ou social, não afetam o espaço urbano como um todo, e é nessa diferenciação de afetados e responsabilizados que se identifica a injustiça ambiental.

Para além das injustiças vivenciadas nesses espaços, os alunos presenciaram a resistência de moradores expressa por meio da cultura. Como destaca Maia (2014, p.61), por meio da cultura os jovens projetam-se socialmente por um canal legítimo, e na nova perspectiva se tornam sujeitos plenos, cidadãos[...]. Nesse sentido o grupo de carimbó

*Pará Caboclo*, que nos recebeu calorosamente sob a fala da sua liderança Valéria Moura, expôs a importância do trabalho social desenvolvido pelo grupo (Figuras 2 e 4, Anexo A). Diante da violência acometida pela ausência do poder público, a dança foi uma estratégia para acolher adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social.

Segundo Raimundo (2017, p. 36), compreender as manifestações político-culturais e o papel de seus idealizadores, artistas e produtores culturais é fundamental para entender a organização e construção do território. Com esse propósito, concluímos o último circuito das aulas de campo, na periferia de Belém, no bairro do Barreiro. Observando a interação dos socioeducandos com os integrantes do grupo de carimbó, em sua maioria adolescentes como eles, percebendo-se uma experiência compartilhada entre ambos, a de fragilidade social que atinge as periferias, e por consequência sua população mais jovem. O encontro finalizou com uma grande roda de carimbó, na qual todos os presentes participaram da dança regional do Estado.

## **5.2. Reflexões a partir dos materiais elaborados pelos socioeducandos:**

Jesus e Santos (2019), destacam que o pós-campo consiste no retorno à sala de aula, momento em que todas as experiências, impressões, dúvidas e sugestões devem ser socializadas, tanto pelos alunos quanto pelo professor. Dessa forma, as últimas etapas do Estudo do Meio, consiste na análise das produções realizadas pelos discentes depois do campo.

No que se refere a essa seção, optamos por realizar uma análise qualitativa devido a subjetividade intrínseca da temática socioeducação. A abordagem qualitativa parte do fundamento de que há relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito (Chizzotti, 2001, p.79).

Assim, partimos da entrevista realizada com o aluno Carlos<sup>2</sup> que participou de todo o estudo, e compartilhou sua perspectiva sobre as aulas fora da unidade socioeducativa. Carlos, qual foi a aula de campo que você mais gostou?

Eu gostei de todas, a do Barreiro, e a do Teatro da Paz. Porque eu nunca tinha ido, Mosqueiro também, eu gostei de tudo, a feira literária que estava tendo, foi a mais bacana de todas (Entrevista oral, discente “Carlos”, 2025).

---

<sup>2</sup> No intuito de preservar a identidade do adolescente que participou desse estudo, iremos chamá-lo de Carlos.

Costa (2004), afirma que o trabalho desenvolvido com a/o adolescente que responde por um ato infracional deve ser parte de uma pedagogia voltada para a formação da pessoa e do cidadão. Neste seguimento, as aulas em ambientes abertos transmitem aos adolescentes sentimentos de confiança e satisfação, pois há toda uma cronologia comportamental até que possam ser inseridos em atividades como essa, contribuindo para o restabelecimento da autoconfiança presente no ser humano.

A segunda pergunta direcionada a Carlos foi: durante as aulas de campo, você conseguiu se sentir à vontade, vivenciando experiências semelhantes às de outros adolescentes que não estão em medida socioeducativa?

Sim, tinha várias pessoas, não sou acostumado com tanta gente. Pensei que não viria nem volta mais para cá, de tanto que eu esqueci (Entrevista oral, discente “Carlos”, 202).

Para Hooks (2013), educação significa cruzar fronteiras, transgredir, inovar, mudar e de ter a possibilidade de lutar pela liberdade e abertura da mente e do coração permitindo encarar a realidade com responsabilidade.

Assim, envolver o aluno no processo educativo a ponto de fazê-lo esquecer, ainda que momentaneamente, sua situação judicial é extremamente gratificante para o corpo pedagógico da escola em questão. Partindo desse ponto de vista, é inevitável que o ensinar e o aprender tenham como característica elementar o estímulo às curiosidades dos alunos, buscando entusiasamá-los com práticas criativas e com a exploração de suas potencialidades intelectuais. (Cavalcanti, 1998; Melo, 2006).

O Estudo do Meio, proposta aqui debatida “diferentemente do estudo estático baseado em livro didático provoca um maior interesse por parte dos alunos em aprender, observando e fazendo leituras do espaço geográfico com sua dinâmica, diversidades e conflitos” (Passini, 2007, p. 173).

Para estes discentes que estão em privação de liberdade, aulas como essa tem impactos de proporções maiores do que uma escola que atua em condições regulares. Isso acontece porque, no ambiente socioeducativo, o processo de aprendizagem não se limita à transmissão de conteúdos, mas envolve a reconstrução de valores, a criação de novas perspectivas de vida.

Essa percepção manifesta-se na fala do aluno Carlos, ao ser indagado se atividades dessa natureza deveriam continuar.

Sim, é muito bom, a gente não fica muito no morfo (quarto cela). É muito bacana para aprender coisas novas, aprender a socializar com outras pessoas, de outras idades. Isso é muito bacana (Entrevista oral, discente “Carlos”, 2025).

Para Berbel (2011, p. 29) as metodologias ativas, como essa, baseiam-se em formas de “desenvolver o processo de aprender, utilizando experiências reais ou simuladas, visando às condições de solucionar, com sucesso, desafios advindos das atividades essenciais da prática social, em diferentes contextos”.

Da mesma forma, Leite (2017), reconhece que tais práticas de ensino “possibilitam a valorização da formação crítica e reflexiva do estudante que participa da construção de seu conhecimento, no processo de ensino e aprendizagem, favorecendo sua autonomia”.

Nas produções escritas dos socioeducandos, um dos alunos, que aqui chamaremos de João<sup>3</sup>, destacou o que mais lhe chamou a atenção durante o circuito realizado no bairro do Barreiro.

Muito fluxo de carros, muito lixo e vir também muitas obras em andamento. Também vir várias pessoas em situação de rua (Entrevista oral, discente “João”, 2025).

Nas observações de João, nota-se como as questões do espaço urbano, como lixo, obras e pobreza, moldam a paisagem da periferia na cidade. A partir desse registro, percebe-se que a atividade de campo possibilitou aos alunos reconhecer e problematizar realidades da expansão urbana. Lima (2013), relata que, essas modificações profundas aumentam quando não se possui a preocupação de planejar os espaços urbanos com um “olhar” para o ambiente como um todo.

A proposta do Estudo do Meio na socioeducação conseguiu articular ensino-aprendizagem com a vivência e a apropriação de espaços urbanos historicamente negados às classes financeiramente desfavorecidas.

Um exemplo está no manuscrito do aluno, aqui chamado de Bruno<sup>4</sup>, que relatou nunca ter visitado locais como o Teatro da Paz, pontos de gastronomia e cartões-postais da cidade, como a Estação das Docas. Em seus registros, chama atenção a afirmação: “*eu gostaria de visitar de novo*”.

---

<sup>3</sup> No intuito de preservar a identidade do adolescente que participou desse estudo, iremos chamá-lo de João.

<sup>4</sup> No intuito de preservar a identidade do adolescente que participou desse estudo, iremos chamá-lo de Bruno.

Na visita do teatro da paz eu gostei muito de conhecer, gostei da arquitetura do local e da sua história, gostaria de visitar de novo. Na estação das doca [...] eu gostaria de visitar de novo. Boulevard da gastronomia [...] eu gostaria de ter mais tempo para conhecer. Avenida presidente Vargas [...] eu gostaria de visitar de novo (Atividade Escrita, discente “Bruno”, 2025).

Santos (2023, p. 19) afirma que “as cidades são estruturas colonialistas”, organizadas para preservar os privilégios de uma parcela específica da população. Assim, compreende-se a empolgação do aluno em conhecer tais espaços públicos, que, embora pertençam a todos, acabam sendo historicamente apropriados e frequentados majoritariamente por grupos privilegiados.

Para Sousa *et al.* (2021, p.107), as condições vivenciadas em relação às dificuldades socioeconômicas, educacionais e estruturais são apresentadas de forma que pareça comum uma sociedade viver em desigualdade, somos alienados a naturalizar. À vista disso, quando indagado sobre a possibilidade de conhecer esses espaços da cidade caso não estivesse inserido na socioeducação, o adolescente Carlos respondeu:”:

Só no Ver-o-Peso, porquê já vim vender peixe lá, mas esses outros lugares não, ainda bem que estou aqui, estou conhecendo coisas novas (Entrevista oral, discente “Carlos”, 2025).

Bento (2022, p. 26) destaca que “a construção das desigualdades é um processo de estruturação institucional que vai atravessando a história do país”. Essa lógica se alinha ao conceito de necropoder, proposto por Mbembe (2016), que analisa a capacidade de determinados grupos de decidir sobre a vida e a morte de outros, inclusive no plano territorial, reforçando um modelo de urbanismo excludente e hierárquico.

Dessa forma, o ensino de Geografia tem por objetivo formar um raciocínio geográfico desde uma abordagem espacial, permitindo que os alunos construam modos de pensar a partir das lentes geográficas (Bento, 2014, P. 150). Reflexões, ainda que simplistas, acerca da organização do espaço e das razões pelas quais esses ambientes não são ocupados por eles representam conquistas de grande relevância dentro dessa metodologia.

Nesse seguimento, Rays (2010, p. 45) aponta que, a prática educativa não deve se limitar à transmissão e à apreensão de conhecimentos, mas se processar na relação com a sociedade frente à realidade social, econômica, política e cultural. Assim, o autor retrata um dos principais sentidos do ensino na socioeducação.

O encerramento das atividades vinculadas ao Estudo do Meio ocorreu durante a Feira Literária, projeto anual da escola que, pelas especificidades da instituição, é voltado

a um público restrito (Figura 11, A nexa A). Nesse espaço, os trabalhos desenvolvidos ao longo do semestre em diferentes disciplinas foram socializados, permitindo não apenas a apresentação dos resultados, mas também a valorização do protagonismo discente.

Os socioeducandos a partir das junções de Geografia e História, compartilharam suas percepções sobre os circuitos realizados e exibiram um mural com fotos das aulas de campo, reforçando o caráter formativo da experiência e evidenciando o potencial transformador da metodologia, ao articular conhecimento acadêmico e vivências concretas (Figura 3, Anexo A).

Assim, em acordo com Jesus e Santos (2019) tais aprendizagens só acontecem quando o professor está preparado, seja com uma formação adequada ou quando ele se atualiza e busca novas formas de lidar com as realidades dos seus alunos e dos recursos disponibilizados pela escola. Para a realização de atividades como essa, no contexto em que se insere a socioeducação, os profissionais envolvidos, sobretudo os professores, assumem o compromisso de reverberar práticas pedagógicas fundamentadas na concepção de aprendizagem significativa. Sobre isso, Castelar (2011, p. 3) ressalta:

A ideia de aprendizagem significativa não está apenas focada em uma estratégia de aprender bem em um conjunto de atividades ou na relação direta com o cotidiano, mas entendo que ela acontece quando o aluno consegue se apropriar de um conhecimento, consegue compreender e ler o mundo em que vive, estabelecer significado no que está aprendendo, questiona, se interessa em aprender, se sente sujeito do seu processo de aprendizagem.

Nesse processo, acentua-se o papel de destaque do professor, como mediador, incentivador e transformador no ensino. Por isso, aqui, consideramos que “a educação não tem preço, e sim, valor” (Mello, 2019, p. 242), pois ultrapassa as dimensões materiais às quais as escolas públicas estão sujeitas, a fim de estabelecer uma educação de transformação social.

## **6. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As reflexões desenvolvidas ao longo deste trabalho permitem compreender a relevância das práticas pedagógicas na socioeducação, especialmente quando articuladas a metodologias ativas, como é o caso do Estudo do Meio, proposta que busca aproximar os estudantes de distintas realidades, evidenciando transformações presentes em seu cotidiano que, muitas vezes, passam despercebidas, tornando o ensino de Geografia mais atrativo.

Essa metodologia ultrapassa os limites físicos da escola, ampliando as formas de construção do conhecimento. Realizar atividades em um contexto de privação de liberdade de adolescentes é uma tarefa complexa e burocrática, que exige organização e planejamento. Entretanto, essas experiências possuem grande potencial transformador, pois permitem que os sujeitos se reconheçam como cidadãos capazes de ocupar, interpretar e ressignificar o espaço urbano.

As narrativas dos adolescentes revelaram não apenas a percepção das desigualdades sociais e estruturais no espaço, mas também da violência juvenil por eles vivenciada. Essa, por sua vez, não pode ser reduzida a uma questão de responsabilidade individual, já que não decorre unicamente das escolhas pessoais desses jovens, mas constitui um fenômeno articulado às estruturas sociais, políticas e econômicas que influenciam e condicionam seus comportamentos.

Partindo desse olhar, o professor inserido na socioeducação, ao reconhecer essa estrutura, busca constantemente metodologias criativas e inclusivas, que não apenas contribuem para o aprendizado escolar, mas também para a reconstrução da autoestima, da cidadania e da dignidade dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas.

Assim, o Estudo do Meio, a partir das etapas aqui apresentadas, mostra-se uma metodologia viável na socioeducação de adolescentes em privação de liberdade, pois amplia as possibilidades de aprendizagem significativa, indispensável para esse público.

## 7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, M. *et al.* **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas**. Brasília: UNESCO/BID, 2002.

AITKEN, S. C. **Rethinking Childhoods: Place, Identity and Power**. London: Routledge, 2014.

AITKEN, S. C. Children's rights: a critical geographic perspective. In: VANDERHOLE, W. *et al.* **Routledge International Handbook of Children's Rights Studies**. London, New York: T&F Routledge, 2015.

ARROYO, M. Tensões na condição e no trabalho docente - tensões na formação. **Movimento-revista de educação**, v. 2, n. 2, p. 1-34. 2015.

ALVES, D. R.; MOREIRA, H. L. F.; MELO, V. S. de. A história da educação na socioeducação no estado do Pará. **Contribuciones A Las Ciencias Sociales**, [S. l.], v. 17, n. 12, p. e12372, 2024. DOI: 10.55905/revconv.17n.12-035. Disponível em:

<https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/article/view/12372>. Acesso em: 21 maio. 2025.

ABREU, W. F. **O trabalho de socialização de meninos de rua em Belém do Pará: um estudo sobre a República do Pequeno Vendedor**. 250 f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Direitos Humanos. **Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo: diretrizes e eixos operativos para o SINASE**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2013. 39 p. Disponível em: [https://www.mpggo.mp.br/portal/arquivos/2017/03/03/17\\_49\\_45\\_295\\_Plano\\_NACIONAL\\_Socioeducativo.pdf](https://www.mpggo.mp.br/portal/arquivos/2017/03/03/17_49_45_295_Plano_NACIONAL_Socioeducativo.pdf). Acesso em: 16 maio 2025.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 16 jul. 1990.

BRASIL. **Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012**. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) e regulamenta a execução das medidas destinadas a adolescentes que pratiquem ato infracional. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 19 jan. 2012. Disponível em: <https://www.seas.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/35/2018/06/lei-12.594-sinase.pdf>. Acesso em: 16 maio 2025

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA). **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE**. Brasília: CONANDA, 2006. 100 p. Disponível em: [https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/acoes-e-programas/sinase\\_integra.pdf](https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/acoes-e-programas/sinase_integra.pdf). Acesso em: 16 maio 2025.

BENTO, C. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BENTO, I. P. Ensinar e Aprender Geografia: pautas contemporâneas em debate. **Revista Brasileira de Educação Geográfica**, Campinas, V. 4, n.7, p.143-157, jan/jun., 2014.

BISINOTO, C. *et al.* Socioeducação: origem, significado e implicações para o atendimento socioeducativo. **Psicologia em estudo**, v. 20, n. 4, p. 575-585, 2015.

BERBEL, N. A. N. As metodologias ativas e a promoção da autonomia de estudantes. **Semina: Ciências Sociais e Humanas**, v. 32, n. 1, p. 25-40, 2011.

BRAGA, R. B. Tensões e interações entre o saber científico e o escolar: Considerações sobre o ensino de geografia. In: SANTOS, L. L. C. P. *et. al (org.)* Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente. Belo Horizonte: **Autêntica**, 2010. p. 392-411.

COSTA, H. R. O. Cidade, ambiente e injustiça: o papel do planejamento urbano na qualidade ambiental. **Geografia (Rio Claro)**, Rio Claro, v. 48, n. 1, 2023. ISSN 1983-8700. DOI: <https://doi.org/10.5016/geografia.v48i1.16648>.

COSTA, A. C. G. **Por uma política nacional de execução das medidas socioeducativas: conceitos e princípios norteadores**. Belo Horizonte: SEDH, 2004.

CACETE, N. H.; DURÃES, F. A. A.; MOURA, C. H. O estudo do meio como opção metodológica na formação inicial de professores/as de Geografia: relato de experiência nas cidades históricas do Vale do Rio Paraíba do Sul Paulista. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 102, n. 261, p. 543-563, 2021.

CALLAI, H. C. Aprendendo a ler o mundo: a geografia nos anos iniciais do ensino fundamental. **Cadernos Cedes**, v. 25, p. 227-247, 2005.

CASTELLAR, S. M. V. A Superação dos limites para uma educação geográfica significativa: um estudo sobre a e na cidade. **Revista Geográfica de América Central**, Número Especial EGAL, Costa Rica, II Semestre, 2011, p. 1-25.

CAVALCANTI, L. S. **Geografia, escola e construção de conhecimentos**. Campinas: Papyrus, 1998.

COELHO, M. C. N. **Impactos ambientais urbanos no Brasil**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, v. 11, p. 19-45, 2013.

COLOMBO, I. M. **Adolescência infratora paranaense: história, perfil e prática discursiva**. 2006.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FASEPA. Fundação Da Criança E Do Adolescente Do Pará. **Projeto Político Institucional do Atendimento Socioeducativo do Pará**. Vol. II. Belém: UFPA/Institutos de Ciências Aplicadas, 2010.

FERRAZ, T.; CESCONE, E. A. Serviço Social e socioeducação nas regiões Oeste e Centro-Oeste do Paraná. **Em Pauta**, v. 14, n. 38, 2016.

FRANCO, M. A. S.; GHEDIN, E. **Questões de método na construção da pesquisa em educação**. São Paulo: Cortez, 2008.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GOMES, I. D. **Socioeducação: uma invenção (de) colonial**. 2020

GUERRA, F. S. Geografia escolar e o papel do professor no contexto contemporâneo. **Revista Ensino em Perspectivas**, Fortaleza, v. 1, n. 2, p.1-9, 2020.

GROPPO, L. A.; COUTINHO, S. C. A educação popular e o campo das práticas socioeducativas: considerações sobre a história da educação popular e de seus desafios atuais. **EccoS–Revista Científica**, n. 40, p. 129-143, 2016.

GONZALEZ, A. B. Experiências socioeducativas bem-sucedidas: subsídios para a discussão de políticas públicas nas unidades de internação socioeducativas (UISE). In: ILANUD *et al.* (Org.). **Justiça, adolescente e ato infracional**. São Paulo: ILANUD, 2006.

GADOTTI, M. **Convite à leitura de Paulo Freire**. 2º ed.; São Paulo: Scipione, 1991

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. Trad.: C. Szlak. São Paulo: Annablume, 2005.

HOOKS, B. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

IBGE. Instituto Brasileiro De Geografia E Estatística. Ananindeua. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pa/ananindeua.html>. Acesso em: 21 ago. 2025.

JESUS, M. C. S.; SANTOS, M. F. A aula de campo no ensino da geografia: experiências cotidianas na cidade para construção de aprendizagens. **Revista Ensino de Geografia, Pernambuco**, v. 2, n. 1, 2019.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2003.

LEITE, B. S. Gamificando as aulas de química: uma análise prospectiva das propostas de licenciandos em química. **RENOTE-Revista Novas Tecnologias na Educação**, v. 15, n. 2, p. 1-10, 2017.

LIMA, V. **A sociedade e a natureza na paisagem urbana**: análise de indicadores para avaliar a qualidade ambiental. Tese (Doutorado em Geografia) -Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente. 2013. 358 p.

LISBOA, C. R. **Fundação do Bem-estar social do Pará: assistência e educação do menor infrator (1967 a 1979)**. Dissertação de mestrado em educação. 2025. Universidade Estadual do Pará. Belém. 2025.

LOPES, J. J. M.; FERNANDES, M. L. B. A criança e a cidade: contribuições da Geografia da Infância. **Educação**, Porto Alegre, v. 41, n. 2, p. 202-211, maio-ago. 2018.

LOPES, C. S.; PONTUSCHKA, N. N. Estudo do meio: teoria e prática. **Geografia**, Londrina, v. 18, n. 2, p. 173-191, 2009.

MARISCO, L. M. Revisitando autores sobre os conceitos de Segregação socioespacial e exclusão social na análise da produção desigual do Espaço urbano. **Revista Contexto Geográfico**, v. 5, n. 9, p. 45-56, 2020.

MBEMBE, A. Necropolítica. **Revista Arte & Ensaios**, Rio de Janeiro, n. 32, p. 123- 151, 2016.

MELLO, M. N. C. Mitos, lendas e “causos” como instrumentos da descolonização no ensino de geografia na Amazônia paraense. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, v. 9, n. 18, p. 228-244, 2019.

MOREIRA, M. A. **Teorias de aprendizagem**. 2.ed. São Paulo: E.P.U., 2019.

MELO, A. A. **Atlas Geográfico Escolar**: Aplicação Analógica e Digital no Ensino Fundamental. Rio de Janeiro, 2006, 241 f. (Tese de Doutorado). Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2006.

MASSEY, D. **Pelo espaço**: uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.

MASSEY, D. Um sentido global de lugar. In: Arantes, Antônio (org.). O espaço da diferença Campinas, **Papirus**, 2000.

OLIVEIRA, M. C. (2014). Da medida ao atendimento socioeducativo: implicações conceituais e éticas. In: PAIVA, I. L; SOUZA, C.; RODRIGUES, D. B. (Org.). **Justiça juvenil**. Natal: Editora da UFRN, 2014, p. 80-99.

OLIVEIRA, C. D. M.; SOUZA, R. J. S. A. As travessias da aula de campo na geografia escolar: a necessidade convertida para além da fábula. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 35, n.1, p. 195-209, 2009.

PADOAN, L. S. A internação aplicável ao menor em conflito com a lei à luz da súmula 492 DO STJ. In: III SIMPÓSIO REGIONAL DIREITO E CINEMA EM DEBATE, *Anais...*, p. 5, 2017.

PADOVANI, A. S.; RISTUM, M. A escola como caminho socioeducativo para adolescentes privados de liberdade. *Educação e Pesquisa*, v. 39, n. 4, p. 969–984, out. 2013.

PARÁ. Fundação da Criança e do Adolescente do Pará – FUNCAP. **Lei Estadual nº 5.789, de 22 de dezembro de 1993**. Diário Oficial do Estado do Pará, Belém, PA, 24 dez. 1993. Disponível em: <https://www.fasepa.pa.gov.br/wp-content/uploads/2023/09/Lei-5.789-1993-Criacao-da-FUNCAP.pdf>. Acesso em: 16 maio 2025.

PARÁ. **Lei nº 7.543, de 20 de julho de 2011**. Dispõe sobre a organização da Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará – FASEPA, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Pará, Belém, 20 jul. 2011.

PARÁ. Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará (FASEPA). **Carta de Serviços**. Belém: FASEPA, 2023. Disponível em: <https://fasepa.pa.gov.br/wp-content/uploads/2023/09/Carta-FASEPA.pdf>. Acesso em: 26 maio 2025.

PASSINI, E. Y. **Prática de ensino de geografia e estágio supervisionado**. São Paulo: Contexto, 2007.

PINTO, P.; SILVA, R. Socioeducação: que prática é essa? In: PAIVA, I. L.; SOUZA, C.; RODRIGUES, D. B. (Org.). **Justiça juvenil**. Natal: Editora da UFRN, 2014, p. 141-160.

PONTUSCHKA, N. N. Estudo do meio e ação pedagógica. IN: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 14. 2006, Rio Branco, AC. *Anais ...* Rio Branco, AC, 2006.

RAIMUNDO, S. L. **Território, cultura e política: movimento cultural das periferias, resistência e cidade desejada**. Doutorado em Geografia Humana) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

RAYS, O. A. Pressupostos teóricos para o ensino da didática. In: CANDAU, V. M. (Org.). **A didática em questão**. 30. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. p. 43-52.

ROCHA, W. S.; SILVA, I. R.; COSTA, C. R. A percepção dos educadores sobre sua formação acadêmica e preparação profissional para o trabalho com adolescentes em conflito com a lei. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**. São João del-Rei, v. 5, n. 2, 2010.

RODRIGUES, A. B.; OTAVIANO, C. A. Guia metodológico de trabalho de campo em Geografia. **Geografia**, Londrina, v. 10, n. 1, p. 35-43, 2001.

ROSA, P. O. **Pedagogia punitiva: dos discursos pedagógicos às práticas punitivas das medidas socioeducativas privativas de liberdade**. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política), Universidade Federal Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

SALES, M. A. **(In)visibilidade perversa: adolescentes infratores como metáfora da violência**. São Paulo: Cortez, 2000.

SANTOS, A. B. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu Editora/PISEAGRAMA, 2023.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 3ª Ed. Edusp, 2002.

SANTOS, M. **Técnica, Espaço, Tempo**: Globalização e meio técnico-científico-informacional. 3ª Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SILVA, E. A. **A socioeducação em práticas educativas**: o lugar das juventudes e os desafios político-pedagógicos da escola. 2022. 160 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Educação e Ensino) – Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2022.

SOARES, T. M. N.; VIEIRA, S. M.; COSTA, C. R. Violência Estrutural e Capitalismo: Particularidades da Sociedade. **Sociedade em Debate**, [S. l.], v. 25, n. 3, p. 12-29, 2019. Disponível em: <https://revistas.ucpel.edu.br/rsd/article/view/1810>. Acesso em: 19 jun. 2025.

SOJA, E. W. **Seeking spatial justice**. University of Minnesota Press, 2013.

SOUSA, Â. RAMOS. J. RIBEIRO, L. Não vem me “mondial”! Trilhas, Caminhos e Atalhos no Ensino em Vigia-Pará. bIn: MELLO, M. N. C. (Org.), **Solidariedade e ensino na Amazônia**: Reciprocidades e estratégias sociais de acesso à educação no Pará. Belém: Itacaiúnas, 2021, p. 109-118.

SUERTEGARAY, D. M. A. **Geografia Física e Geomorfologia**: uma (re)leitura. Ijuí, RS: Editora da UNIJUI, 2002, p. 15-23.

VARGAS, D. **O Processo de Aprendizagem e Avaliação através de Quiz**. 2018.

VIEIRA, C. E. Da categoria menor à categoria criança e adolescente: o advento da Doutrina Jurídica da Proteção Integral. In: RIFIOTIS, T.; RODRIGUES, T. H. (Org.). **Educação em direitos humanos**: discursos críticos e temas contemporâneos. Florianópolis: UFSC, p.181-191, 2008.

VYGOTSKY, L. S. **Estudos sobre a história do comportamento**: o macaco, o primitivo e a criança. Porto alegre: Artmed, 1996b.

ZUCCHETTI, D. T.; MOURA, E. P. G. Práticas socioeducativas e formação de educadores: novos desafios no campo social. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 18, p. 9-28, 2010.

## ANEXO A – Imagens das atividades



**Figura 2:** socioeducando e integrante do grupo de carimbó.



**Figura 3:** mural das aulas de campo, produzidos pelos alunos.



**Figura 4:** Roda de carimbó com os participantes da aula de campo



**Figura 5:** Aula de campo no Bairro do Barreiro



**Figura 6:** Canal no Bairro do Barreiro.



**Figura 7:** Estação das Docas



Figura 8: Ilha de Mosqueiro.

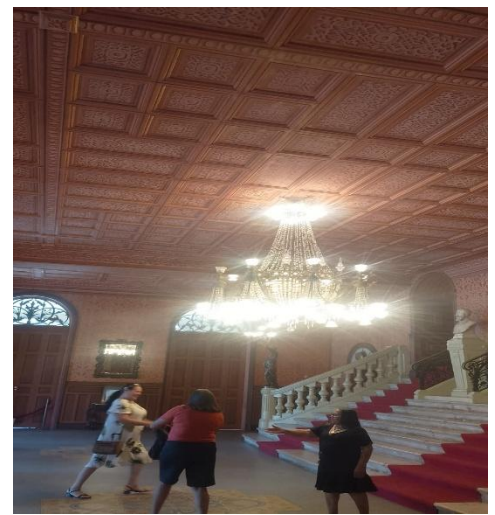


Figura 9: Teatro da Paz.



Figura 10: Teatro da Paz (registrado feito pelo aluno)



Figura 11: Exposição oral na Feira Literária.



Figura 12: Ilustração de áreas do Bairro do Barreiro, produzido pelos alunos.

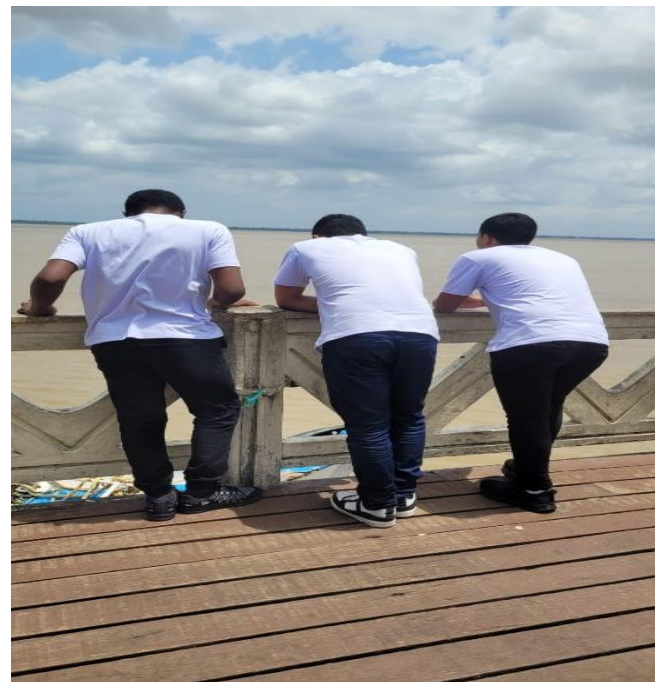


Figura 13: socioeducandos no Ver-o-Rio (Ponto Turístico).

## ANEXO B – Roteiro da entrevista



### “A Roterização do Estudo do Meio como Ferramenta Pedagógica para o Ensino de Geografia na Socioeducação”

#### ENTREVISTA

1. Você considera que as aulas de campo (Estudo do Meio) ajudaram a compreender melhor os conteúdos de Geografia trabalhados em sala de aula, relacionando teoria e prática? Por quê?
2. O que você mais gostou nas aulas de campo?
3. Durante as aulas de campo, você conseguiu se sentir mais à vontade, vivendo experiências semelhantes às de outros adolescentes da sua idade?
4. Você acha importante que atividades como essa continuem acontecendo? Por quê?

## ANEXO C – Atividade Escrita

EEEFM Professor Antônio Carlos Gomes da Costa UASE I  
 DISCIPLINA: GEOGRAFIA PROFESSORA: Pâmela Silva  
 ALUNO: \_\_\_\_\_ TURMA: \_\_\_\_\_

510

## 2ª Avaliação Bimestral

Escreva um relato da atividade realizada no dia 11/06/2025.

## 1. Visita guiada ao Teatro da Paz:

Na visita ao teatro da paz eu gostei muito de conhecer a história da arquitetura da localidade e os gostos de visitantes de bairros.

## 2. Praça da República:

Na praça da república eu gostei muito da história local.

## 4. Avenida Presidente Vargas:

Eu gostei muito de andar pela avenida presidente vargas e conhecer os prédios antigos e o comércio de rua de bairros.

## 5. Boulevard da Gastronomia:

Eu gostei muito e quero ter mais tempo para conhecer melhor.

## 6. Complexo do Ver o Peso:

Eu gostei muito de ir ao complexo do ver o peso local eu gostei muito da cultura de bairros e eu gostei muito de estar lá.

## 7. Estação das Docas:

A estação das docas foi o lugar que eu mais gostei de visitar. Gostei da paisagem bonita da arquitetura das docas e eu vou lá de bairros.

## PRODUTO DOS ROTEIROS: PORTIFÓLIO

1º: ACRESCENTAR AS FOTOS: CENTRO

2º: MOSQUEIRO.

### TRAJETO:

Eu vi muitas lojas de camisas, e muitas  
contadores magazine Luiza, e roupas,  
muitas matas, e paramos pela ponte  
que tem as ilhas pequenas e rios, barco de madeira

### 1º PARADA:

parte arborizada, vimos muitas casas antigas,  
e muitas navios no mar na base e rios,  
e que se segue a parada as pessoas gostam  
de tomar banho quando o onda bate.

### PPPPI DO BISPO ATÉ O TRAPICHE.

paramos pela praça de bispo e o mais ingrato  
do s que o cara construiu uma casa na  
beira da praia, descer pelas escadas  
e mais lá na frente vimos mercados  
de rua.

### TAPIOCARIA:

eu tenho muito coisa pra falar da  
quella tapioca tá com muito leite mesmo  
del até água na boca agarra.

### JUREJA MATRIZ:

depois de tapiocaria entramos na  
ingress sagrada e lá dentro eu vi  
Jesus na cruz e dentro de um  
nicho eu vi a mãe, de JESUS grande  
eu achii emocionante isso é muito  
lindo e tem alguns desenhos de vidros.

04.09.25

## Geografia

## Relatório Aula de Campo

1. Trajeto: Br 316 / Avenida  
Pedro Álvares Cabral

R= Muito fluxo de carros, muito lixo e ver também  
muitos obras em andamento.

2. Passagem Mirandinha

R= Km casas periféricas e destruída

3. Canal São Joaquim

R= Obras, poluição lixo

4. Capela Santo Antônio / Grupo parafolcórico  
Paricólole.

Aprender uma nova cultura, conhece novas  
pessoas

5. Curso Zélio.

Promover novos profissionais

6. Complexo Ker-o-rio / Museu de Arte urbana de  
Lutem.

É um espaço de lazer, Sobre o Museu e achei  
lento, Também vi várias pessoas em situações de  
rua

## ANEXO D – Roteiro da aula de campo do dia 26/08/2025

**PROJETO ROTEIROS DA LIBERDADE: O DIREITO À CIDADE ATRAVÉS DA LITERATURA****AULA DE CAMPO: CIRCUITO PERIFERIA DE BELÉM****DATA: 26/08/2025****SAÍDA: 8H****RETORNO: 12h****1. APRESENTAÇÃO**

O Projeto Feira Literária 2025, abordará a obra “**Movimento rápido dos olhos**”, de Fabrício Ferreira, que reúne contos que abordam temas como: Saúde mental, vivências urbanas amazônicas, redes sociais e imaginário cultural amazônico. Para colaborar com a experiência educativa da leitura, propomos a realização desta aula de campo no Bairro do Barreiro.

**2. JUSTIFICATIVA**

Os debates *na e sobre* a Amazônia por ocasião da 30ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), a COP 30 é um evento anual organizado pela ONU para discutir e negociar ações sobre as mudanças climáticas. Nesse sentido, após a leitura da obra literária, propomos realizar dois momentos de aulas externas para os alunos, com a intenção de vivenciar a cidade. Os temas que desejamos abordar são: O processo de formação da cidade de Belém: Belle époque; As transformações socioespaciais no Ciclo da Borracha, Urbanização, Circuito Centro-Periferia, O direito à Cidade, Racismo ambiental.

O objetivo 11 de desenvolvimento sustentável da ONU, se propõe a “Tornar **as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis**”. O IBGE aponta que este indicador é composto por três eixos: população vivendo em assentamentos ou habitações precárias, inadequadas ou informais. Os assentamentos precários incluem áreas com precariedade de serviços públicos essenciais, ausência de saneamento básico, sem fornecimento de água tratada, superlotação em dormitórios e condições impróprias da estrutura física das residências. A inadequabilidade das habitações pode ser estimada a partir da acessibilidade dos imóveis, em termos de custo relativo do aluguel em relação a renda familiar, pois um eventual excesso de gasto com aluguel pode implicar na redução do acesso a outras necessidades básicas como alimentação, saúde e transporte. Por fim, os assentamentos informais são aqueles não

reconhecidos legalmente ou regulamentados por instrumentos municipais de controle e planejamento.

A Amazônia tem uma população urbana considerável, com cerca de 75% a 76% da população total residente em áreas urbanas. Embora a urbanização seja um traço marcante da região, as cidades amazônicas enfrentam desafios em termos de infraestrutura e qualidade de vida, com muitos habitantes vivendo em favelas e comunidades urbanas.

Neste sentido é primordial que nossos alunos reflitam as diferentes realidades da Urbanização na Amazônia. As aulas externas visam criar situações de aprendizagem que favoreçam vivências urbanas para ressignificar os conceitos de periferia e das identidades amazônicas através do processo de urbanização da capital paraense em seus aspectos históricos, socioambientais e territoriais.

A BNCC (2018), pressupõe desenvolver autonomia e senso crítico para compreensão e aplicação do raciocínio geográfico na análise da ocupação humana e produção do espaço, envolvendo os princípios de analogia, conexão, diferenciação, distribuição, extensão, localização e ordem.

**3. PÚBLICO ALVO:** Estudantes da E. E. E. F. M. Prof. Antônio Carlos Gomes da Costa, regularmente matriculados nas turmas de 7º ano, 3ª e 4ª etapa.

#### **4. TRAJETO: BR 316/ AVENIDA PEDRO ÁLVARES CABRAL**

1ª PARADA: PONTE DO GALO/ FEIRA DO BARREIRO/ CANAL SÃO JOAQUIM

- Expansão urbana e a formação da periferia no início do século XX: Territórios de (Re)Existência

2ª PARADA: VILA DA BARCA:

- Visita a Associação de Moradores/ Coletivo BRT/Barca Literária

3ª PARADA: CURRO VELHO:

- Roda de Conversa: A importância das instituições públicas e da Sociedade Civil na difusão da cultura e das práticas leitoras.
- Lanche

4ª PARADA: COMPLEXO VER O RIO:

- A importância de espaços públicos: O direito ao lazer

#### **5. OBJETIVOS DA APRENDIZAGEM**

**5.1.GERAL:** Analisar a relação da humanidade com a natureza a partir das transformações técnicas e tecnológicas no tempo e no espaço, com destaque para

exemplificações do espaço amazônico e conceituações inerentes ao pensamento geográfico.

**5.2. ESPECÍFICOS:** Discutir o processo de formação da periferia da capital através do bairro do Barreiro; Analisar os aspectos socioespaciais da periferia e as urbanidades amazônicas; Estabelecer relação entre os conhecimentos geográficos e a literatura paraense, através da leitura da obra *Movimento rápido dos olhos* de Fabrício Ferreira.

**6. HABILIDADES (BNCC):** (EF06GE07) Explicar as mudanças na interação humana com a natureza a partir do surgimento das cidades;

(EF06GE01) Comparar modificações das paisagens nos lugares de vivência e os usos desses lugares em diferentes tempos;

(EF06GE07) Explicar as mudanças na interação humana com a natureza a partir do surgimento das cidades;

**7. OBJETOS DO CONHECIMENTO:** Identidade Sociocultural; Transformações das paisagens naturais e antrópicas;

#### **8. PRODUTOS:**

- Relatório do trabalho de campo descrição dos trajetos e as impressões pessoais;
- Compartilhar a experiência através de uma roda de conversa.

#### **9. AVALIAÇÃO:**

A avaliação acontecerá por meio da elaboração de um relatório do trabalho de campo e da sua exposição oral no dia da Culminância da Feira Literária.

#### **10. REFERÊNCIAS**

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

FERREIRA, Fabrício. **Movimento Rápido dos Olhos**. 1.ed. Belém: Folheando, 2023.

PARÁ. Secretaria de Estado de Educação do Pará. **Documento Curricular do Estado do Pará: Educação Infantil e Ensino Fundamental**. Belém: SEDUC-PA, 2019.

SANTOS, Milton. **O Espaço do Cidadão**. São Paulo: Editora Nobel, 1987.